

Uma micro história da revolta do Forte de Copacabana (1922): o batismo de fogo do oficial José Manoel Ferreira Coelho (1902-1979)

Lucas Carnevale Machado ^a

Resumo: Este Trabalho busca analisar a participação e a importância dos militares durante a Revolta do Forte de Copacabana (1922), No qual foi um movimento que deu origem a uma corrente política (O tenentismo) que seria o principal elemento de agitação política e social no Brasil até a revolução de 1930. Para melhorar a compreensão do evento, buscou-se fazer uma análise através dos relatos de um oficial legalista presente nesse combate, o segundo tenente José Manuel Ferreira Coelho. Através de seu relatório podemos compreender a mobilização das tropas legalistas tal como a mobilização de militares para conter a revolta e sua participação na fuzilaria que resultou no conflito contra os “18 do Forte”.

Palavras Chave: História Militar, Revolta do Forte de Copacabana, República Velha, Tenentismo.

INTRODUÇÃO

Durante a primeira República brasileira, as dinâmicas do poder político foram marcadas por uma dupla influência: inicialmente, pelos militares positivistas, responsáveis pela deposição do imperador, e pela Proclamação da Repú-

blica em 15 de novembro de 1889. Suas ideias estavam bastante vinculadas às visões filosóficas e políticas do filósofo francês Auguste Comte, criador de uma filosofia positivista sobre as sociedades humanas. Esse fato é exemplificado em um símbolo nacional, de forma que na Bandeira do Brasil

^a Historiador, mestre em Ciências do Patrimônio Cultural. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



existe uma faixa com os dizeres em verde, Ordem e Progresso¹.

A predominância dessas ideias ficou, em grande parte durante os dois primeiros governos republicanos, comandadas por marechais que enfrentaram várias instabilidades políticas e militares e certos processos de resistência relacionados ao império que havia sido derubado. Após o governo Floriano Peixoto (1839-1895), um novo sistema político estava sendo implantado de forma a permitir eleições diretas para presidente da República.

Esse sistema, no entanto apresentava vários vícios e brechas, que permitiram a ocorrência de inúmeras irregularidades com o objetivo da permanência do poder político ao grupo que dominava. Essa influência se dava tanto pelo o processo de contagem eleitoral, em que os números da eleição acabavam variando bastante, tal como pelo sistema coronelista, em que a liderança política local (o coronel) fornecia os votos necessários para os políticos aliados, seja pela coa-

ção ou troca de favores, fechando o ciclo dessas eleições².

ASPECTOS DO CONTEXTO MILITAR

Durante a primeira república, surgiram várias propostas de modernização militar das tropas brasileiras. Seguindo matrizes de origem Europeia, como os turco-otomanos, alemães e franceses. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o conflito serviu como grande cenário de testes militares entre a rivalidade entre a Tríplice Entente (França, Rússia e Reino Unido) e a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália), onde novas máquinas, modos de combate e adaptação de tropas foram utilizadas por ambos os lados.

Com o retorno dos oficiais brasileiros que tiveram contato com o Exército Imperial alemão no período anterior à Primeira Guerra Mundial, os chamados “Jovens Turcos”, foram importadas várias



ideias, tal como a criação de uma publicação periódica com o objetivo de levantar estudos técnicos sobre táticas, armamentos e muitos outros assuntos de natureza militar.

Ainda que por vezes extrapolassem esse meio, e fizessem críticas às questões político-sociais, trazendo o paralelo da defesa da nação ainda em processo de consolidação. Por desavenças entre os editores, havia duas ideias para o conteúdo da publicação, na qual ela abordaria questões políticas ou partidárias, ou se a revista se limitaria em trazer assuntos sobre a defesa do Brasil.

Um de seus maiores pontos de defesa era a criação do serviço militar obrigatório, e de disciplinas militares aos adolescentes e adultos em instituições de 2º e 3º Grau (nível secundário e superior), consolidando nestes jovens o sentimento nacionalista de brasilidade³.

Além destes, outro militar (já no período do conflito) atuou junto do lado da Entente, conhecendo as trincheiras da frente ocidental, tal

como os “*tanks*”, os novos veículos blindados de apoio à infantaria que marcaram presença no conflito.

Após o fim da guerra, com a vitória da Entente, o exército selecionou a presença de uma missão militar francesa para colaborar com o treinamento dos novos oficiais brasileiros, ensinando-lhes as vivências das trincheiras, os novos veículos de combate, tal como o uso de artilharia e de gases venenosos em batalha.

Com esse contexto, o oficial brasileiro em formação no período encontrava-se imerso nesse contexto de pós-guerra, adotando posturas “modernizantes” tal como a compra de novos armamentos leves e pesados para as unidades nacionais. Com esse processo de modernização, surgiu a ideia de que a oficialidade militar brasileira (em especial os tenentes) estaria na vanguarda moral da nação.

Cabe lembrar, que o grupo maior que formava as famílias de jovens oficiais do exército na época eram de classe média, em grande parte vivendo nos centros urba-



nos do Brasil e que sentiam diretamente os efeitos das instabilidades políticas tal como se sentiam prejudicados pela atuação econômica do governo favorecendo a produção cafeeira, e complicando o câmbio brasileiro⁴.

Ou seja, esse grupo militar deveria estar representado politicamente, tal como deveria se posicionar contra qualquer tipo de vício político, tal como os diferentes níveis de fraudes eleitorais que ocorriam no período, de forma que apenas o interesse da nação seja preservado. Esses oficiais aliavam-se a lideranças militares mais conhecidas e atreladas ao Clube Militar, como o marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), ex-presidente do Brasil e membro proeminente dos círculos militares e opositor ferrenho a candidatura de Arthur Bernardes a presidência em 1922.⁵

Essa oposição fortaleceu-se após certo escândalo chamado de cartas falsas, no qual uma carta publicada em um jornal do Rio de Janeiro chamado *Correio da Ma-*

nhã, um documento assinado em tese por Arthur Bernardes, no qual atacava diretamente o chefe do clube militar o marechal Hermes da Fonseca.

Arthur Bernardes sempre negou a autoria da carta, no entanto o seu efeito já havia sido concretizado, de forma que boa parte das tropas militares em estavam inclinadas a fazer uma revolta contra o governo. Apesar desses acontecimentos Arthur Bernardes venceu a eleição de 1922, pois tinha um controle da máquina pública e da comissão verificadora de poderes garantindo a vitória pelos meios tradicionais da República Velha⁶.

Após uma intervenção do exército no estado de Pernambuco para favorecer políticos ligados à situação presidencial, provocou um protesto do Marechal Hermes da Fonseca levando a subsequente prisão domiciliar do mesmo e o fechamento do clube militar, e esses dois elementos acabariam por ser o pretexto inicial da revolta⁷.



A REVOLTA E AS FORÇAS EM DISPUTA

Inicialmente, a revolta começou na Vila Militar na madrugada de quatro para cinco de julho, ao mesmo tempo iniciou-se também na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana, com o total de revoltosos chegando ao número de 301 militares. Após a tomada das unidades militares, iniciou-se um subsequente bombardeio de várias unidades não revoltadas como o QG e o Arsenal de Marinha, de forma que os legalistas precisaram mudar o seu local de decisão para o Ministério da Guerra. Apesar da considerável mobilização dos revoltosos, em pouco tempo as unidades legalistas já estavam controlando os principais focos da rebelião⁸.

Um dos pontos ainda sem controle foi o Forte de Copacabana que manteve por várias horas um tiroteio constante com as tropas legalistas. No dia 5 foi autorizado aos militares que quisessem deixar o forte para não continuar a revolta, cerca de 270 militares, dimi-

nuindo bastante a força defensiva do local e que resultaria na decisão do dia seguinte de os militares restantes formaram um pelotão que ia avançar sob as tropas legalistas com o objetivo de depor o presidente⁹.

A força legalista estava concentrada nos elementos da 7ª Região Militar, com especial destaque para o 3º Regimento de Infantaria, mobilizado integralmente em favor da defesa do sistema vigente e do resultado eleitoral. Esta unidade foi deslocada para diversos pontos-chaves da cidade do Rio, com o objetivo de ser a ponta de lança contra os revoltosos do forte, evitando fugas e capturando o máximo de militares¹⁰.

A referida unidade (3º Regimento de Infantaria) teve seu segundo batalhão, como a vanguarda legalista do dia 6 de julho de 1922, ao avançar do pelotão revoltoso dos militares que saíram do forte, abrindo fogo contra estes na Avenida Atlântica, contendo todo o pelotão na região e deixando um saldo de 16 mortos e dois feridos,



não sendo possível contabilizar o número de baixas da unidade¹¹.

A ATUAÇÃO DO 2º TENENTE COELHO

Os estudos de trajetórias são um importante elemento para a compreensão do passado, de maneira que através de seus rastros, podemos compreender as dinâmicas em que o sujeito estava imerso, tal como compreender sua realidade histórica e social, recorrendo aos rastros dos grupos sociais para preencher possíveis lacunas.

Dessa forma, fazer análises de micro história para compreender os diversos eventos históricos colabora para incluir novas narrativas para compor o mosaico de ideias e visões sobre a reconstrução de um fato histórico, não os incluindo em pedestais no papel de vilões ou heróis, mas compreendendo seu grau de participação e contextualizando esses diferentes processos. Como discute Karsburg:

Depois dessa constatação, concluí que ninguém, absolutamente ninguém, está fora de seu tempo, nem desligado dos contextos que o cercavam nem mesmo um eremita que se dizia “solitário habitante dos desertos americanos”, buscando imitar o estilo de vida dos primeiros eremitas cristãos da Antiguidade. Ouço e leio, muitas vezes, que certos indivíduos estão além ou aquém do tempo. Isto é um erro de avaliação que historiadores não deveriam cometer, pois é grande o risco de ver os personagens como excepcionais, extravagantes, quando não “heróis” ou “santos”. Um trabalho de contextualização tem a capacidade de trazer qualquer indivíduo de volta ao seu tempo, e, uma vez feito isso, devemos procurar captar semelhanças e diferenças entre os indivíduos de um mesmo período, principalmente quando há um contexto comum que os condiciona¹².

Para o autor, não há pessoas que estejam “a frente de seu tempo”, cabendo ao historiador aprofundar-se para evitar esses vícios, encontrando os elementos comuns e incomuns entre esses sujeitos, ainda mais quando há um contexto



condicionante a todos. Dessa maneira, para além de comentar sobre a revolta em si, fez-se necessário discutir uma trajetória em específico, no qual teve seu batismo de fogo na Revolta do Forte de Copacabana, o então 2º Tenente José Manuel Ferreira Coelho.

Segundo o seu diário de oficial, sua promoção ao posto de segundo tenente havia saído em ju-

nho de 1922, sendo comissionado 2º tenente no 2º Batalhão no 3º Regimento de Infantaria, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Com os desenrolares do conflito, A unidade permaneceu sob o controle legalista durante toda a revolta.

O então tenente foi mobilizado às 21 horas do dia 4 de julho dentro do quartel, e foi designado para o comando de um pelotão

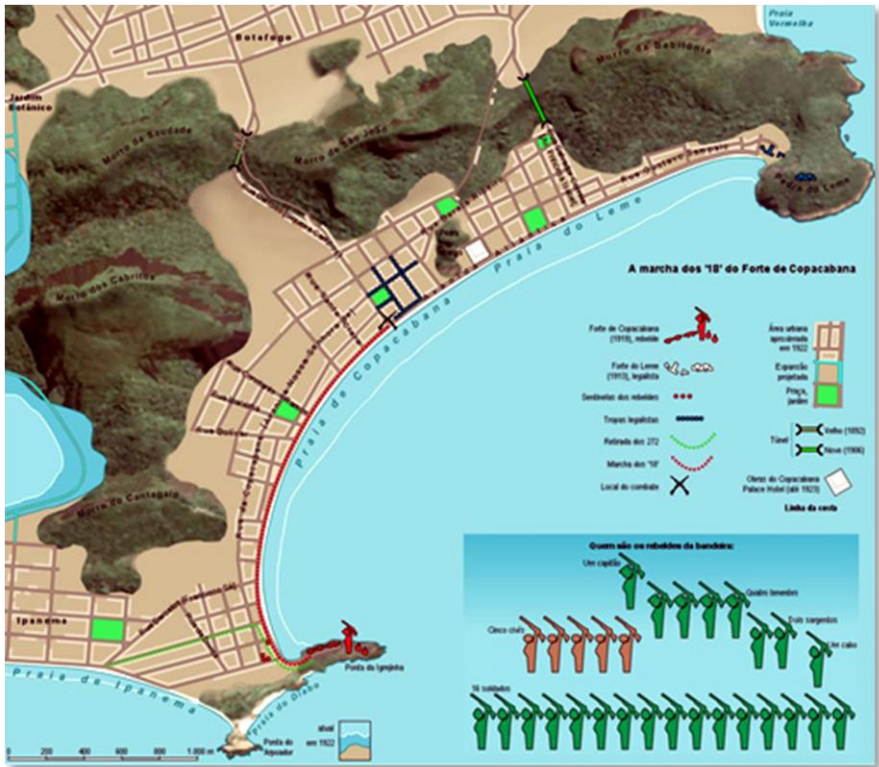
Fig. 1 - *Gazeta de Notícias* de 27 de julho de 1922, com matéria destacando a atuação do 3º Regimento de Infantaria.



Fonte: *Gazeta de Notícias*



Fig. 2 – Localização das unidades em combate nos dias 5 e 6 de julho de 1922.



Fonte: FGV

durante o dia 5 de julho, sendo alocado para a localidade conhecida como túnel velho, permanecendo como sentinela enquanto houvesse a possibilidade de fuga ou de ataque dos revoltosos que debandaram da unidade revoltada. Segundo

o relatório não houve nenhum confronto nesse período na região, apesar da retirada substancial das praças da unidade em revolta, não foram registradas escaramuças próximas ao túnel velho, sendo informado o seu retorno a unidade



as 19h30 do dia 6 de julho, sem informar se a unidade permaneceu na localidade ou se participou da fuzilaria.

Enquanto isso acontecia no Forte de Copacabana, 17 militares decididos a resistirem às investidas legalistas organizavam os últimos preparativos para iniciar uma marcha pela Avenida Atlântica. Eles dividiram a Bandeira do Brasil em variadas partes de tamanho igual, guardando as e iniciando a marcha enquanto atira vão e recebiam fogo das unidades legalistas. Durante o meio da revolta um civil vendo o pelotão suicida e sua notória atuação, juntou-se a eles Armando se e disparando contra as unidades legalistas.

Formava se a mística unidade dos 18 do Forte, cujas imagens e cujo relato alcançaria grande parte do Brasil, e serviria de inspiração para outros movimentos revolucionários em várias regiões. de todos os membros do pelotão dos 18, apenas dois sobreviveram: os tenentes Eduardo Gomes e Siquei-

ra Campos, foram levados feridos com gravidade e detidos.

A HISTÓRIA “RASURADA” E SUAS CONCLUSÕES

De acordo com Sandra Pesavento, as experiências de estudo sobre micro história acabam permeando boa parte das dinâmicas sociais em que o sujeito está envolvido, construindo os rastros relacionados ao seu cotidiano, as ações coletivas e individuais, o típico e o atípico, que pode servir para uma revisão sobre o fato através desse recorte limitado (que é o cotidiano), como apresenta na seguinte citação:

Há, sem dúvida, um lado mensurável da vida, das coisas visíveis do acontecer de cada dia, onde se torna possível resgatar a dinâmica do social, o movimento das pessoas no espaço, as interações e os conflitos, o trabalho e a guerra, o lazer e o consumo, a pobreza e a acumulação, as migrações e o povoamento, redes sociais e interações de toda espécie, ações po-



líticas, obras do Estado, iniciativas privadas. Em escala reduzida, todo este mundo do cotidiano, de que é feita a vida, se revela na sua normalidade, em série e frequência. Não só aquilo que marcaria a cotidianidade, pois a micro história exporia também o grande acontecimento, os feitos excepcionais, que em relação com o cotidiano se revelariam inusitados, imprevisíveis. De certa forma, poderíamos dizer que a postura da micro história é aquela que melhor se adaptaria a uma espécie de reinvenção do cotidiano, tal como a proposta por Michel de Certeau¹³.

Dentro do cotidiano dos registros militares, há uma dupla situação que surge a partir da conduta do militar: Os elogios e as repreensões. Um dos fatores que marcaram o desenvolvimento dessa pesquisa na micro história, trata-se de que em um dos elogios ao 2º Tenente Ferreira Coelho, no qual há uma rasura de meia página, apresentando uma inconsistência histórica, de maneira que o relato manuscrito apresenta uma versão de que este oficial participou ativamente da fuzilaria que ocorreu na Avenida

Atlântica, de forma que é registrado em sua ficha um elogio a sua atuação em todo o processo da revolta e que é transcrito nas seguintes palavras:

Fig.3 - Propaganda do coronel Ferreira Coelho a deputado estadual do Pará pela UDN em 1958.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

A vinte de dezembro foi público ter sido louvado pelo comandante do regimento por quando ter iniciado a fuzilaria contra os revoltosos do Forte de Copacabana feito o serviço de digo...[rasura]. A vinte foi louvado pelo comandante do regi-



mento pela disciplina, pelo devotamento a ordem e a legalidade, pela compreensão do dever e pela presteza que executou todas as ordens que de foram confiadas¹⁴

Fig.4 - Propaganda para presidência do Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN em 1945.



Fonte: *A Província do Pará*, 25 de setembro de 1958, p.2.

No entanto, nos livros do terceiro regimento de infantaria não é mencionada sua participação efetiva, permanecendo certa rasura no seu registro ou seja não se sabe se a rasura foi feita para proteger a

carreira do oficial recém formado devido à sua atuação no lado legalista, tal como se esse processo de escrita ter sido um erro de quem escreveu ao relato do referido oficial durante a sua estadia na unidade. Cabe lembrar que o então tenente estava lotado no II batalhão do 3º RI, fração de unidade que esteve diretamente na fuzilaria em Copacabana.

O que é certo é que a unidade do então tenente Ferreira Coelho participou ativamente do combate seja fechando as rotas de fuga para os revoltosos, tal como a fuzilaria na Avenida Atlântica, de maneira que é o correio da manhã apresenta o oficialato do terceiro regimento como à ponta da lança do lado legalista.

Não se sabe ativamente o grau de participação nos oficial no combate aos tenentistas, o que sabe é que essa figura militar esteve presente e participou ativamente junto do lado legalista, elemento que não o impediu de atuar junto com os tenentistas na posterior revolução de 1930, somada à sua escolha por



outras lideranças tenentistas de atuação no norte do Brasil.

Outro ponto muito importante a ser frisado, é que esse oficial tempo depois juntaria se ao mesmo partido de um dos membros dos 18 do forte, o então tenente Eduardo Gomes, posterior Marechal do ar e presidente da União Democrática Nacional (UDN), partido de direita que faria oposição ao Getúlio Vargas e a sua ala ideológica durante o período democrático (1945-1964).

BIBLIOGRAFIA

A DEFESA NACIONAL Rio de Janeiro, *Editorial*, n. 832, 2017.

CANCELIER, Andriete; SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. OS 18 DO FORTE DE COPACABANA: história e lugar de memória. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 37, n. 80, p. 51-61, 2022.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz/Companhia das Letras, 2002.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO O GETÚLIO VARGAS. A Defesa Nacional, Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DEFESA%20NACIONAL,%20A.pdf>. Acesso em 1 mai. 2023.

COELHO, José Manoel Ferreira. *Caderneta de oficial*, Rio de Janeiro, 1923. Fundo documental avulso do General José Manuel Ferreira Coelho, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, 2020.

DE CASTRO, Celso Corrêa Pinto. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. *Revista de estudos históricos*, v. 14, n. 25, p. 103-118, 2000.

FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará. *Anais do XXVI Simpósio*



Nacional de História-ANPUH, p. 1-12, 2011.

FERREIRA, Bruno Torquato Silva; HANEMANN, Marcos. BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. História: Questões & Debates, v. 58, n. 1, 2013.

FERRO, Flavia. Construção do mito de herói nacional: Eduardo Gomes e sua atuação no Movimento Tenentista. *Revista Crítica Histórica*, v. 9, n. 17, p. 240-256, Macaíó, 2018.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, p. 32-52, 2015.

NUNES, Júlio Cesar Alves Pereira. A gênese do movimento tenentista e o “primeiro 5 de julho”. *30º Simposio Nacional de História*, Recife, 2019.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINTO, Celi Regina. O positivismo do partido republicano rio-grandense na República Velha-uma manifestação do discurso positivista, latino americano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 8, n. 1, p. 33-45, 1982.

ROESLER, Rafael. *Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque: vida e trajetória militar*. 2021. Tese de Doutorado. FGV, Rio de Janeiro, 2021.



¹ PINTO, Regina. O positivismo do partido republicano rio-grandense na República Velha-uma manifestação do discurso positivista, latino americano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 8, n. 1, p. 33-45, 1982, p. 42.

² PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

³ A DEFESA NACIONAL Rio de Janeiro, *Editorial*, n. 832, 2017.

⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A Defesa Nacional, Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republi-ca/DEFESA%20NACIONAL,%20A.pdf>. Acesso em 1 mai. 2023.

⁵ FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*, p. 1-12, 2011.

⁶ CANCELIER, Andriete; SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. OS 18 DO FORTE DE COPACABANA: história e lugar de memória. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 37, n. 80, p. 51-61, 2022.

⁷ NUNES, Júlio Cesar Alves Pereira. A gênese do movimento tenentista e o

“primeiro 5 de julho”. *30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019.

⁸ CANCELIER; SALOMÃO, op. cit.

⁹ Ibid.

¹⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, op.cit.

¹¹ COELHO, José Manoel Ferreira. *Caderneta de oficial*, Rio de Janeiro, 1923. Fundo documental avulso do General José Manuel Ferreira Coelho, Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, 2020.

¹² KARSBURG, Alexandre. A micro história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. *Micro história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, p. 32-52, 2015, p. 34-35.

¹³ PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 6.

¹⁴ COELHO, op. cit., p. 7.